

O lugar da saúde na escola - “O olhar Educacional para a promoção da Saúde e qualidade de vida”

Rita de Cássia Ferreira da Silva (PQ), UNEB – Campus VI, cassia_cte@hotmail.com

Jaqueline dos Santos Cardoso, (PQ), UNEB – Campus VI, jaquelinecardos2001@yahoo.com.br

Palavras-Chave: Promoção de Saúde, Trabalho Educativo em saúde, Contexto escolar.

Resumo

Nos últimos 30 anos, houve um avanço significativo no Brasil em relação ao trabalho educativo em saúde nas escolas, impulsionado pelo fortalecimento da democracia e das lutas pela cidadania. O principal objetivo da educação em saúde relaciona a cidadania também com a participação ativa dos indivíduos no processo de saúde e doença. Desta forma, este estudo teve como objetivo compreender o lugar da saúde nos Projetos Políticos Pedagógicos de três escolas estaduais do município de Caetité, BA. Ao analisar os Projetos Políticos Pedagógicos de três escolas, o estudo identifica que a saúde é abordada de forma secundária, não sendo um tema fundamental mencionado no sumário dos documentos, como tanto outros temas. Dito isto, levanta a reflexão sobre a necessidade de inserir a temática de maneira mais efetiva e objetiva no contexto escolar.

1. Promoção de saúde na escola: abordagem introdutória.

A preocupação com a higiene das pessoas e dos espaços urbanos surgiu como uma forma de combater doenças e aprimorar a qualidade de vida em comunidade. A higiene era vista como um meio para reduzir o desperdício de recursos humanos causado pelas enfermidades. Baseada na premissa de que a doença tem origem e persiste devido à falta de conhecimento, a solução seria estabelecer diretrizes e regulamentos como forma de abordá-la (LAROCCA, MARQUES; 2010, CASEMIRO, FONSECA, SECCO; 2014).

Diante disto, a escola foi identificada como um local estratégico e privilegiado para a implementação dessas orientações e a disseminação dos ideais de higiene. Isso se deve ao fato de que as crianças, reunidas em um único espaço escolar, eram vistas

como uma "massa modelável" capaz de se tornar multiplicadores das instruções recebidas na escola. Essa abordagem visava contribuir para superar o "retardo" dos países subdesenvolvidos.

No Brasil, os primeiros estudos relacionados à saúde nas escolas iniciaram a partir de 1850 e apesar do decreto do Barão do Lavradio, em 1889, ter sido estabelecido para regular a inspeção das escolas públicas e privadas na Corte, foi somente a partir do início do século XX que a preocupação com a higiene escolar ganhou força no país (MONCORVO FILHO, 1917; LIMA, 1985).

Na esteira dos acontecimentos, as atividades relacionadas à higiene e saúde começaram a ser executadas durante campanhas sanitárias, escolas e centros de saúde. No entanto, nessa época, a ênfase nos conteúdos de puericultura estava mais voltada para os aspectos biológicos e para a consciência sanitária individual. Essas iniciativas constituíam um padrão de saúde vertical, caracterizado por uma abordagem "medicalizada" e assistencialista (GRACIANO et al., 2015; CASTRO, 2008).

Desse modo "[...] A medicina higienista passaria então a atuar de maneira progressiva e privilegiada, sem interferências de terceiros, dentro do âmbito escolar, tornando assim a escola um espaço preventivo, fiscalizador e, acima de tudo, punitivo aos que fugiam da ordem estabelecida" (MOTA, PENAFIEL, FRASSON; 2019).

De acordo com Luengo (2010) a concepção da educação baseada no modelo higiênico sustenta a ideia de que é necessário aprimorar os comportamentos para superar o modelo primitivo da sociedade colonial. Gradualmente, esse modelo promove uma transformação higiênica da família, intensificando a disciplina, a vigilância e a repressão, que também se expandiram para o campo da educação.

Nesse modelo "medicalizado", com foco em ações preventivas e assistenciais, a saúde dos estudantes era entendida como a ausência de doenças, e não como o resultado de um processo de transformação dos fatores determinantes sociais, no qual os profissionais de saúde e todos os membros da comunidade escolar pudessem se tornar agentes ativos (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 2003).

Ao longo das décadas uma nova abordagem vem se consolidando, a partir de 1954 a Comissão de Especialistas em Educação em Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicou a importância de realizar atividades no ambiente escolar que promovam a saúde, em vez de simplesmente transmitir conhecimentos sobre questões relacionadas à saúde. Foi apresentada, assim, uma abordagem inicial do conceito de Escola Promotora de Saúde (OMS, 1954).

Desse modo, no final do século XX, as abordagens de saúde nas escolas foram transformadas devido ao avanço das teorias sobre saúde e educação, resultando em novas formas de práticas de saúde na escola. Assim, a compreensão da saúde evoluiu para considerar sua complexidade em relação aos determinantes e condicionantes sociais, enquanto a escola deixou de ser apenas um local de transmissão de informações para se tornar um espaço propício para processos de ensino/aprendizagem, com a participação ativa dos estudantes e a valorização de sua apropriação cultural. Esse conceito é conhecido como Iniciativa das Escolas Promotoras de Saúde (SANTOS et al., 2019, BRASIL 2007).

Diante do exposto, compreende-se que o longo do tempo, a saúde escolar passou por diferentes fases e configurações que embasaram as práticas de saúde nas instituições educacionais. Isso implica que ao longo da história, vários modelos de saúde escolar foram concebidos e implementados, de acordo com os conceitos de saúde e educação incorporados em cada período (SANTOS et al., 2019).

Na esteira dos acontecimentos, a saúde escolar no Brasil, durante o século XX, passou por avanços que estavam em consonância com o progresso técnico-científico. Desse modo, paulatinamente, uma nova perspectiva foi sendo assumida, no qual iniciou uma nova compreensão por meio das Escolas Promotoras de Saúde (FIGUEIREDO, MACHADO, ABREU; 2010, BRASIL 2007b).

Nesse sentido, a partir de 1995, a Organização Mundial de Saúde (OMS/OPAS) guiou a criação de projetos regionais com uma abordagem abrangente, que fosse além das práticas convencionais, tendo como base a promoção da saúde. Concomitante, no Brasil a Lei nº 9.394, definiu os princípios e fundamentos da educação nacional, enfatizando a conexão entre a educação escolar e as práticas sociais. Assim, foi atribuída aos educadores a responsabilidade de participar ativamente na integração entre famílias e comunidade. Quanto aos alunos, buscou-se garantir uma formação comum essencial para o pleno exercício da cidadania (BRASIL; 2007, BRASIL; 1996).

Neste contexto, este estudo teve como objetivo compreender o lugar da saúde nos Projetos Políticos Pedagógicos de três escolas estaduais do município de Caetité, BA.

2. Tratamento dos resultados e discussão.

No intuito de identificar e interpretar os significados presentes nos documentos analisados de forma sistemática e rigorosa, a abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa qualitativa para analisar dados textuais é a análise de conteúdo, desenvolvida por Laurence Bardin (2011). No qual, envolve três fases principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

De acordo com a autora, na fase de pré-análise, a pesquisadora define os objetivos da pesquisa, que neste capítulo é compreender o lugar da saúde nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas que serão mencionadas. Delimitar as unidades de análise e estabelecer as categorias que serão utilizadas na análise, neste momento as categorias são:

- Sexualidade
- Meio ambiente
- Higiene
- Saúde

Essas categorias, segundo Bardin (2011) são os elementos-chave que permitem a classificação e organização dos dados de acordo com os temas ou conceitos relevantes.

Na fase de exploração do material, segundo a autora, a pesquisadora realiza a leitura atenta e sistemática do conteúdo textual, identificando as unidades de registro (fragmentos de informação captados) e agrupando-os nas categorias protegidas anteriormente.

Desse modo, é importante ressaltar que a análise de conteúdo não se limita à contagem ou quantificação dos dados, mas busca compreender os sentidos e significados subjacentes ao texto.

Para além disso, destaca-se que os desdobramentos do tema da pesquisa foram derivados dos vários artigos e documentos oficiais pesquisados, os quais, em conjunto, possibilitam a conexão dos seus resultados em um estudo abrangente e interligado sobre Educação em Saúde na escola, com relevância para o currículo escolar.

A literatura revela uma ampla definição de saúde, ao citar os PCN's percebe-se que ao longo das décadas, as definições foram sendo contextualizadas à época no qual se estabeleciam, provocando assim a adoção de novas abordagens sobre o tema,

revelando correntes que preveem a maneira como o conceito de saúde é compreendido e consequentemente influenciando nas ações humanas.

Nesse sentido, o Programa Saúde na Escola integra saúde e educação, buscando criar um ambiente escolar saudável e favorecer o desenvolvimento dos alunos. Seu objetivo é promover a saúde integral dos estudantes, prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida (BRASIL, 2007). A iniciativa visa uma abordagem abrangente da saúde, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e saudáveis.

Ao longo do tempo, como já mencionado anteriormente, o contexto educacional tem sido atribuído a diversos significados em relação à sua verdadeira função social, propósito e estrutura. Atualmente, a escola é considerada um recurso social no qual ocorrem processos de ensino e aprendizagem integrados a diferentes atividades, que abrangem seu ambiente físico e sua área de influência (GRACIANO et al., 2015).

Nesse sentido, o Decreto 6.283, de 5 de dezembro de 2007, é uma legislação brasileira que estabelece diretrizes para a implementação do Programa Saúde na Escola (PSE). Esse programa tem como objetivo promover a saúde e a qualidade de vida dos estudantes por meio da integração entre saúde e educação.

No parágrafo único o Decreto aborda,

As equipes de saúde da família realizarão visitas periódicas e permanentes às escolas participantes do PSE para avaliar as condições de saúde dos educandos, bem como para proporcionar o atendimento à saúde ao longo do ano letivo, de acordo com as necessidades locais de saúde identificadas (BRASIL, 2007).

Diante disso, a situação atual da saúde dos estudantes no país destaca a importância de intervenções efetivas que possam melhorar o estado de saúde desses indivíduos. É crucial reduzir a exposição a fatores de risco, como tabagismo, consumo excessivo de álcool, alimentação inadequada e falta de atividade física (IBGE, 2016).

Para isso, é necessário que as atividades realizadas no Programa Saúde na Escola (PSE) ultrapassem o modelo setorial e a abordagem medicalizante adotada pela área da saúde. É essencial, conseguinte, avançar na construção da intersetorialidade, promovendo a cidadania, o empoderamento e a participação social (ROCHA, MARCELO, PEREIRA; 2002).

Nesse sentido, não é viável discutir saúde sem considerar as condições habitacionais, de trabalho, a alimentação, a educação, os serviços de saúde, o lazer, os relacionamentos interpessoais, a preservação da natureza e do meio ambiente, o poder

de organização e a tomada de decisões políticas, enfim, as circunstâncias de vida da comunidade (BRASIL 2005). Visto que, uma crítica comum aos programas e iniciativas de saúde nas escolas é que eles são predominantemente conduzidos por profissionais da área da saúde, de maneira hierárquica e desconectada dos conteúdos do currículo escolar (LOPES, NOGUEIRA, ROCHA; 2018).

Diante disto, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) desempenha um papel fundamental na orientação do desenvolvimento de uma escola saudável, sendo um dos instrumentos de referência para essa construção (QUAGLIA, 2013). Freire (2018), ao discutir a importância da conscientização e da transformação social por meio da educação, ele inclui a necessidade de um projeto político-pedagógico comprometido com a emancipação dos oprimidos.

Para Libâneo (1994), o projeto político-pedagógico é um instrumento essencial para a organização e planejamento do trabalho educativo. Desse modo, a necessidade de incorporar, no Projeto Político-Pedagógico, conhecimentos e princípios que promovam a valorização, a educação abrangente e o exercício da cidadania é vista como um requisito essencial para o cumprimento dessa função (BRASIL, 2010).

Ao analisar os PPP's do Complexo Integrado de Educação de Caetité, Instituto de Educação Anísio Teixeira e Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo, o objetivo foi através da leitura desses documentos compreender o lugar da temática saúde nas citadas instituições.

Desse modo, primeiramente, foi analisado o sumário dos documentos, no qual não foi encontrado um tópico destinado à saúde, dentre tantos assuntos abordados. Então, decidiu-se recorrer à organização curricular das instituições, feito isso foi encontrado, sendo abordado de maneira ampla, alguns projetos que contemplam o tema.

Para Vasconcellos (2005) além de promover a troca de ideias entre os responsáveis pela construção, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) facilita o diálogo com a comunidade, as instituições responsáveis pelo sistema educacional e a sociedade como um todo (para aqueles que possam se interessar). Ou seja, explicitando com clareza suas finalidades, revela qual tipo de estudante quer formas e como isso será alcançado.

Abrangendo a fala do Vasconcellos, o Projeto Político Pedagógico do Complexo integrado de Educação de Caetité (CIEC) define,

[...] o trabalho e a cidadania como contextos valorizados explicitamente pela LDB; supõe um ensino que facilite a ponte entre teoria e prática por exemplo, (...) fazer com que o conhecimento do corpo seja usado para que o aluno tome decisões pessoais quanto à dieta, ao uso de drogas, ao exercício da sexualidade (CIEC, 2017: 166).

Desse modo, conforme apresentado no Projeto Político Pedagógico do Instituto de Educação Anísio Teixeira (IEAT), as questões sociais relacionadas à ética, saúde, meio ambiente, diversidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo são temas interligados que surgem de forma transversal (IEAT, 2017).

A referida instituição incentiva projetos relacionados à saúde na escola, no qual salienta, em documento, que os projetos realizados são pensados em maneira coletiva, contemplando a participação e ideia de toda comunidade escolar.

O currículo dessa modalidade de ensino é uma composição mista: por componente curricular e por área de conhecimento. Está composto de uma base nacional comum, uma parte diversificada e outra profissionalizante integrando e articulando os aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, cultura, linguagens, com as áreas do conhecimento) (IEAT, 2017).

No que se refere ao Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo (CETEP), instituição voltada ao ensino profissionalizante, no qual oferece o curso Técnico em Enfermagem, o olhar é direcionado ao cuidado, através de valores referentes a uma sensibilidade estética, uma política de igualdade, ética de identidade que, quando combinados, seguem os princípios de trabalho, flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização e identidade.

Desse modo, se faz necessária a perspectiva democrática assumida por Libâneo (2013), o autor defende que a construção do PPP deve envolver todos os atores educacionais, garantindo espaços de diálogo, escuta e colaboração. Consequente, a participação ativa dos diferentes segmentos da comunidade escolar contribui para uma gestão mais democrática e para a construção de um projeto político-pedagógico mais consistente e legitimado pelos envolvidos (LIBÂNEO, 2013).

Tanto o projeto político pedagógico do CIEC (2017) quanto do IEAT, abordam a categoria **sexualidade** de modo ao reconhecimento da pluralidade, respeito e ações pautadas em valores não sexistas. Nesse sentido, Candau (2008), emerge a importância de um projeto político-pedagógico que promova a educação para os direitos humanos. Para a autora, a valorização das diferenças promove uma sociedade mais justa e

equitativa. O PPP do CETEP já aborda tal categoria a partir do olhar profissionalizante, pois pretende incutir no estudante reflexões que contribuam com sua ação profissional diante do paciente que irá atender, fundamentado no respeito e cuidado.

Ao abordar a categoria **meio ambiente**, o PPP do CIEC aborda sobre a relação história entre a sociedade e o meio ambiente, partindo das reflexões acerca das “[...] concepções de ambiente, Processo histórico da relação do homem com o ambiente, Origens históricas e condicionantes sociais da degradação ambiental, A expansão humana, o desenvolvimento tecnológico e seus impactos no ambiente, Religiosidade afro-brasileira e o ambiente, Histórico dos tributos e sua função social” (CIEC, 2017:97).

Diante do exposto, um projeto político-pedagógico que adote uma perspectiva freireana pode buscar integrar questões ambientais, promovendo a conscientização sobre a interdependência entre a sociedade e a natureza, incentivando a participação ativa dos estudantes na resolução de problemas ambientais e na promoção de uma relação sustentável com o meio ambiente.

No que diz respeito ao tema no PPP do CETEP a temática é pensada a partir dos conhecimentos essenciais para a educação de indivíduos conscientes da crença da utilização adequada dos recursos naturais que estão disponíveis, influenciando desse modo na sua atuação profissional. No IEAT, o currículo engloba questões relacionadas ao conhecimento, cultura, poder, identidade, meio ambiente, sociedade e temas atuais. É através dele que as atividades acontecem no ambiente escolar.

Nesse sentido, Candau (2012) enfatiza a relação entre poder e identidade no contexto do projeto político-pedagógico. A autora destaca que as relações de poder existentes na sociedade influenciam a construção das identidades individuais e coletivas. Portanto, segundo a autora, o projeto político-pedagógico deve abordar de forma crítica as hierarquias e desigualdades de poder presentes na sociedade, visando promover uma educação que empodere os estudantes e respeite suas identidades culturais.

Ao tratar da temática **higiene**, os três PPP's não abordam diretamente, no Projeto Político Pedagógico do IEAT e do CIEC, supõe-se que está incutido a partir dos projetos que ocorrem na escola por meio da iniciativa Saúde na Escola, no qual reforça práticas de autocuidado.

Nesse ponto, com base nos princípios pedagógicos de Freire (2018), é importante enfatizar uma abordagem crítica e libertadora no currículo, que promova a conscientização dos estudantes sobre a realidade social, a problematização das estruturas de poder e a construção do conhecimento de forma dialógica

Todavia, por meio deste estudo, nota-se que a categoria **saúde** é abordada de maneira secundária, não sendo um tema fundamental citado no sumário, como tantos outros mencionados. Esta reflexão viabiliza pensar novas formas de inserir a temática de maneira mais efetiva e objetiva, delineando novas estratégias no âmbito escolar.

A partir das considerações expostas, analisar a formação de professores no contexto do desenvolvimento profissional do docente oferece uma abordagem que permite questionar as atividades de ensino, através de uma investigação reflexiva que estabelece vínculos entre a teoria e a prática pedagógica. Além disso, possibilita uma compreensão renovada do currículo escolar na educação superior, resultando em novas perspectivas para promover a saúde nas escolas (SCHWINGEL, 2020).

Consequente, na BNCC, a questão da saúde é abordada na oitava competência entre as dez mencionadas no documento e afirma que ao final do ensino básico, o estudante deve “[...] conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BRASIL, 2018:10).

Diante do exposto, o documento acima citado sinaliza que a formação de perspectivas e mentalidades, a aquisição de habilidades práticas e a internalização de valores saudáveis vão além dos domínios e assuntos específicos do currículo. Pois, como exposto na pesquisa de Schwingel (2020), os docentes observaram que abordar a temática de Educação em Saúde dentro do currículo pode ter impacto nas práticas de saúde tanto na família quanto na comunidade escolar.

Desse modo, uma escola que promove a saúde é aquela que busca um modo de vida, aprendizado e trabalho que contribuam para o bem-estar geral. O planejamento da Escola Promotora de Saúde deve levar em conta o ambiente escolar e social, a avaliação da saúde dos estudantes na comunidade local e a capacidade de implementação de medidas de saúde para os estudantes (GRACIANO et al., 2015).

A partir das considerações expostas, analisar a formação de professores no contexto do desenvolvimento profissional do docente oferece uma abordagem que permite questionar as atividades de ensino, através de uma investigação reflexiva que estabelece vínculos entre a teoria e a prática pedagógica. Além disso, possibilita uma compreensão renovada do currículo escolar na educação superior, resultando em novas perspectivas para promover a saúde nas escolas (SCHWINGEL, 2020).

3. Considerações Finais

Com este estudo foi possível compreender o lugar da saúde nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas estudadas em relação a Sexualidade, Meio ambiente, Higiene e Saúde. Este documento desempenha um papel fundamental na orientação do desenvolvimento de uma escola saudável. No entanto, nas escolas estudadas não foi identificado no sumário dos documentos um tópico destinado à saúde. Mas na organização curricular das instituições, o tema saúde foi abordado de maneira ampla, com a inclusão de alguns projetos. Levando em consideração a importância deste documento como instrumento essencial para a organização e planejamento do trabalho educativo orienta-se que seja tratado de uma maneira mais ampla no Projeto político pedagógico das escolas estudadas.

4. Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, 20/12/1996. Brasília, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 20/05/2023.

_____. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> acesso: 25/05/2023

_____. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde. **Escolas promotoras da Saúde: experiências do Brasil**. Brasília: MS; 2007. (Série B. Textos Básicos de Saúde, Série Promoção da Saúde; n. 6) disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/escolas_promotoras_saude_experiencias_brasil_p1.pdf acesso: 25/05/2023.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Brasília, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 20/05/2023

_____. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde. **Escolas promotoras da Saúde: experiências do Brasil**. Brasília: MS; 2007. (Série B. Textos Básicos de Saúde, Série Promoção da Saúde; n. 6) disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/escolas_promotoras_saude_experiencias_brasil_p1.pdf acesso: 25/05/2023.

CANDAU, V. M. **Educação Intercultural**. São Paulo: Editora Loyola. 2008.

CANDAU, V. M. **Direitos Humanos, Educação e Interculturalidade**. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

CASEMIRO, J. P.; FONSECA, A. B. C.; SECCO, F. V. M. Promover saúde na escola: reflexões a partir de uma revisão sobre saúde escolar na América Latina. **Ciência & saúde coletiva**, v. 19, n. 3, p. 829-840, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HKhpbcMjGmyjkhsKgwxcx83F/?lang=pt> acesso: 25/05/2023

CASTRO MLS. A educação na América Latina: Antigos dilemas em novo contexto. **Rev Educação** 2008; 31(2):182-188. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2769> acesso: 26/05/2023

FIGUEIREDO, T.A.M, MACHADO, V.L.T, ABREU, M.M.S. A saúde na escola: um breve resgate histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(2):397-402, 2010. Disponível em: [SciELO - Brasil - A saúde na escola: um breve resgate histórico A saúde na escola: um breve resgate histórico](#) acesso em: 10/05/2023.

FREIRE, P. (2018). **Pedagogia do Oprimido**. 70ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra

